

FATORES DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Factors of intensification of teachers' work in the early years of elementary school

JACQUES, Ana Silvia²

HOBOLD, Márcia Souza³

RESUMO

Este artigo visa apresentar os fatores de intensificação do trabalho docente, resultado de uma pesquisa realizada na Rede Municipal de Ensino de Joinville (SC), sobre as condições de trabalho docente nos anos iniciais do ensino fundamental. A finalidade é identificar os fatores que intensificam e os aspectos que favorecem o trabalho docente, considerando a carga e a jornada de trabalho. A pesquisa de abordagem qualitativa articulou-se ao método survey e a análise baseou-se nas respostas de 170 professores a um questionário. As questões analisadas envolveram o perfil do professor e a relação com a profissão, com destaque às condições objetivas e subjetivas de trabalho. Fundamentaram teoricamente os resultados González Arroyo (2007), Duarte (2010), Frigotto (2002), Oliveira (2004), Tardif e Lessard (2011), entre outros. Constatou-se que a sobrecarga de trabalho é desencadeada pela própria exigência que o professor faz para si, diante das diversas responsabilidades atribuídas aos docentes, os quais sinalizam o excesso de atividades que extrapolam a jornada escolar e apresentam ainda afirmativas sobre em que sentido tais aspectos contribuem para a intensificação do trabalho. Em contrapartida, na análise dos dados sobressaem de forma considerável as menções contrárias dos professores às expectativas de intensificação. Os indícios dessa interpretação concebem que os docentes não vivenciam a sobrecarga no trabalho de forma acentuada, o que implica a reflexão, discussão e investigação futura sobre os fatores que favorecem o exercício do magistério dos docentes participantes da pesquisa.

Palavras-chave: Condições de trabalho docente; Intensificação do trabalho; Anos iniciais do ensino fundamental.

ABSTRACT

This article aims to present the factors of intensification of teachers' work, as result of a survey conducted in the in the Municipal Education Network of Joinville - Santa Catarina, about the conditions of teaching in the first years of elementary school. The purpose is to identify the factors that intensify and the aspects that favors the teaching, considering the workload and the working hours. The qualitative approach research was articulated to the survey method and the analysis was based on feedback from 170 teachers, to a questionnaire. The issues discussed involved, in the beginning, the teacher's profile and the relationship with the profession, emphasizing the objective and subjective conditions of employment. Substantiate theoretically the results, Arroyo (2007), Duarte (2010), Frigotto (2002), Oliveira (2004), Lessard and Tardif (2011), among others. It was verified that the workload is triggered by the own requirement that the teacher does for you, forth of the various responsibilities assigned to the teachers, which indicate the excess of activities that go beyond the school hours, and still show, statements about in which sense, these aspects contribute to the work intensification. On the other hand, in the analysis of the data stand out significantly, the teachers' contrary statements to the expectations of intensification of the workload. The evidences of this interpretation conceive that the teachers do not experience work overload in an accentuated way, which implies reflection, discussion and future research about the factors that favors the practice of teaching of the teachers participating in the survey.

Keywords: Conditions of teaching; Work intensification; Early years of elementary school.

¹ Financiamento CNPq/CAPES.

² Mestranda em Educação pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). E-mail: <ana.silvia.jacques@gmail.com>.

³ Doutora em Educação pela Pucsp. Professora do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Psicologia da UNIVILLE. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e a Formação Docente (GETRAFOR). E-mail: <marcia.hobold@univille.br>.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre as condições de trabalho docente propiciam discutir o processo de trabalho em suas múltiplas dimensões. Considerando a importância de pesquisas sobre as condições de trabalho do professor, principalmente os que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é que se realizou esta investigação que tem como cerne a intensificação do trabalho docente.

Tendo em vista as temáticas intensificação e condições de trabalho, buscaram-se pesquisas correlacionadas na área da educação, para constituir os aportes teóricos. Um desses aportes teóricos é oriundo dos estudos de Mancebo (2007, p.467 *apud* Oliveira, 2003), que retratam os períodos de 1970, 1980 e 1990 relacionados ao trabalho docente. Para essa autora, no final da década de 1970, desenvolveram-se pesquisas fecundas referentes à natureza do trabalho docente, direcionadas ao caráter improdutivo do trabalho escolar, à autonomia e à alienação docente. Já no final dos anos de 1980, as pesquisas encaminham-se para estudos dos aspectos culturais, étnicos, relações de gênero e questões da subjetividade. Nesse percurso histórico, no final de 1990, ainda para a referida autora, as novas mudanças educacionais e sociais requeriam pesquisas voltadas para as investigações sobre “formação docente e sua profissionalidade”. Tais investigações provocaram estudos mais aprofundados sobre a temática “trabalho docente”, porém, na medida em que as discussões acontecem no âmbito acadêmico, nos grupos de pesquisas, movimentos sindicais e redes de estudos, cada vez mais conceitos, referências e pesquisas que revelem as reais condições de trabalho dos professores são oportunos para possíveis mudanças. Pode-se, então, dizer que essa visão inicial sobre o trabalho docente e as políticas educacionais causou extremo impacto nas condições de trabalho. Atualmente, a tônica dos debates aflora-se por meio de conferências nacionais, municipais, intermunicipais, estaduais e distritais para descortinar assuntos como: gestão, avaliação, formação e valorização dos profissionais.

Esta pesquisa sobre as condições de trabalho docente teve como objetivo identificar os fatores de intensificação do trabalho docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os dados foram analisados tendo em vista a seguinte questão norteadora: Quais seriam os fatores de intensificação do trabalho docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Já no início da investigação fez-se um balanço das produções procurando pesquisas correlacionadas ao tema “condições de trabalho”, no portal de periódicos do Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e nos Grupos de Trabalho (GT) 04 - Didática; GT 08 - Formação de Professores; GT 09 - Trabalho e Educação; GT 13 - Educação Fundamental, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), nos últimos cinco anos (2008-2012). As pesquisas encontradas nesse levantamento apresentaram como resultado o acúmulo da carga de trabalho, derivadas da ampliação da jornada de trabalho em função das exigências profissionais atribuídas aos professores, oriundas das políticas educacionais das últimas décadas, que precarizaram a organização e a gestão escolar. Vale destacar que, neste balanço das produções, não foram encontradas pesquisas sobre a “intensificação do trabalho docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental”.

Sobre a intensificação do trabalho docente, autores como Oliveira *et al.* (2002, p.56-57) esclarecem que “[...] mais tempo de trabalho do professor, tempo este que se não aumentado na sua jornada objetivamente, acaba se traduzindo em intensificação do trabalho, que o obriga a responder a um número maior de exigências em menos tempo”.

Desse modo, a carga de trabalho pressupõe cumprir a jornada de trabalho na dinâmica das reais condições de trabalho advindas da organização escolar e, por essa razão, são condições que podem gerar uma sobrecarga que intensifica as atividades da docência. Lima (2010) define carga de trabalho da seguinte maneira:

A carga de trabalho é, portanto, uma complexa função de: duração da atividade, ritmo e intensidade do esforço, tipo de tarefa, estratégias de regulação (que, por sua vez, dependem das competências do trabalhador e das condições de trabalho em sentido amplo), ciclos e pausas (horárias, diárias, entre jornadas, semanais e anuais, com seus feriados e férias mais longas, implicação, interesse e sentido do trabalho para o trabalhador).

Subentende-se, então, que o trabalho dos docentes relacionado à consequente intensidade, enquanto sobrecarga de trabalho, perpassa por diferentes análises, desde a legislação que desencadeia um volume excessivo de atividades, assim como as condições objetivas e estruturais da reorganização do tempo e espaço no ambiente escolar. Nesse caso, há de se considerar as expectativas e necessidades dos professores imersos na rotina escolar de intensificação do trabalho.

Considera-se que os desafios e impasses da profissão docente são imensos e a discussão sobre a intensificação do trabalho refere-se à perspectiva de melhoria das condições de vida dos docentes, sujeitos ao sobretrabalho, adoecimento e à consequente desvalorização da profissão.

Em termos estruturais, o artigo apresenta a fundamentação teórica sob o viés dos autores que discutem as “condições de trabalho e intensificação”; descreve as etapas da realização da pesquisa; discute os dados da pesquisa a partir do que expressam os professores sobre os fatores de intensificação no contexto do trabalho; e, por fim, nas considerações finais, faz-se um arrazoado dos principais achados sobre a intensificação do trabalho e os pontos que requerem melhorias das condições de trabalho na Rede Municipal de Ensino.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: APORTES TEÓRICOS

A educação do século XXI pressupõe o desafio de compreender, discutir e intervir sobre as condições de trabalho em decorrência da precariedade da realidade de trabalho dos docentes e das múltiplas exigências profissionais. Esse processo é resultante das novas formas que assume a sociedade capitalista e, de maneira particular, o processo de expansão político-econômica desse capital por meio da exploração de mercado, afetando todas as esferas sociais, num movimento que reinventa e assegura sua hegemonia.

Para melhor compreensão das condições de trabalho e dos fatores de intensificação indicados pelos docentes desta pesquisa, os pressupostos teóricos serão delineados a partir de conceitos centrais como: “trabalho, condição docente, profissão docente, carga de trabalho e intensificação do trabalho docente”.

Em face das transformações decorridas no processo de trabalho e na educação em suas múltiplas *nuances*, sejam estas de ordem econômica, política, cultural e social, dimensão da qual fazemos parte como indivíduos singulares, conforme as palavras de Frigotto (2002, p.31): “O trabalho humano, compreendido em sentido ontológico, está intrinsecamente relacionado à produção de nossa existência como sujeitos sociais [...]”. Ainda para esse autor (1998, p.28), “[...] o trabalho em primeira instância é criador da condição humana e este o transforma em atividade laborativa, permeado pela alienação, materializando-o como mercadoria e força de trabalho”. Esse esclarecimento de Frigotto conduz para a interpretação de que o trabalho é por essência social e, dessa forma, antes de tudo, o ser humano produz e altera sua maneira de estar na realidade objetiva e, ao percebê-la, faz a própria história.

Considerada a importância do trabalho como categoria central da formação do ser humano, é, sobretudo, crucial apoiar-se na análise de Fanfani (2010) sobre a expressão “condição docente”, como um estado de processo social do ofício docente. A construção da identidade profissional não é homogênea, já que os docentes se autorrepresentam como missionários do saber, trabalhadores e funcionários. Em contraponto, o autor aborda a condição docente como objeto de estudo que leva em conta os aspectos subjetivos, tais como: as percepções, representações, valorações, opiniões, enfim, as expectativas dos docentes. Essas denominações da condição docente não são despropositais, pois carregam efeitos políticos concretos no campo das condições de trabalho, daí porque o especial interesse em retratá-la a partir de uma perspectiva histórica. A docência, para Fanfani (2010), trata-se de um dos ofícios mais antigos da sociedade moderna. O autor também afirma que as reformas educacionais instauradas na década de 90 não asseguraram a melhoria da condição docente e trouxeram novos desafios e tensões ao cotidiano escolar.

Nesse sentido, sobre as condições subjetivas de trabalho, estas alicerçam-se também no reconhecimento do sujeito humano pleno e assim, segundo González Arroyo (2007, p.192), implica tomá-lo em sua historicidade, pois “[...] a história concreta, os sujeitos concretos que vivenciam a docência e as formas de trabalho têm sido desconsiderados [...]”. Desse modo, a defesa do autor estreita-se nas formas concretas de viver a docência por sujeitos coletivos, históricos, contextualizados, remetendo à educação e ao docente uma perspectiva sócio-histórica.

Para González Arroyo (2007), a “condição docente, o trabalho e a formação” podem trilhar outros rumos. Destaca que é importante “[...] priorizar a condição docente, ou a produção da condição e do trabalho docente e por aí aproximarmos da formação”. Essa reflexão do autor sugere a articulação e o investimento em políticas de formação, redefinindo a condição do ser docente e a perspectiva da história real desses profissionais. Nos estudos do autor, a expressão “condição docente” merece outra visão; quer dizer: “produção docente, histórica, em permanente conformação”; além disso, deve haver a desmistificação desse docente para uma escola e um contexto real.

Sobre o conceito de profissão docente, Gimeno Sacristán (1999) contribui ao afirmar que esta se constitui por um aporte cultural intrínseco ao campo profissional. Para esse autor, a profissão docente é “[...] socialmente partilhada numa sociedade complexa na qual os significados divergem entre grupos sociais, econômicos e culturais” (1999, p.71). O autor define a profissão docente como uma “semiprofissão”, pois é regulada por coordenadas político-administrativas. Argumenta que existem contextos que multideterminam a prática docente, condicionados por sistemas educativos, organizações escolares em que estão inseridos, burocracias, prestação de contas às autoridades. Com ênfase, traz reflexões sobre o que denomina de “posto de trabalho”, demarcado pela fragmentação, avaliação e regulamentação da atividade pedagógica.

Como consequência, Gimeno Sacristán (1999, p.72) alerta que: “[...] quando se responsabiliza os professores por aquilo que acontece nas aulas, esquece-se a realidade do contexto de trabalho”. Nesse sentido, compreende-se que o trabalho docente é condicionado às diretrizes, muitas vezes alheias às condições concretas de trabalho que secundarizam a profissionalização docente.

Nessa mesma direção, Lüdke e Boing (2004, p.1160) observam que a profissão docente apresenta “[...] sinais evidentes de precarização [...]” e apontam que “[...] não é difícil constatar a perda de prestígio, de poder aquisitivo, de condições de vida e, sobretudo, de respeito e satisfação no exercício do magistério hoje”.

Nesse aspecto, a docência merece ser discutida em função de condições propícias de trabalho, enquanto profissão. Tardif e Lessard (2011, p.112) fortalecem essa compreensão, ao perguntar: “Quais são, hoje, as condições de trabalho docente de um professor, sua carga de trabalho, suas tarefas concretas, suas diferentes durações, sua variedade?” Atribuições, muitas vezes, definidas por regras administrativas, assumidas pelos docentes e que dependem da atividade responsável e autônoma desses profissionais.

O conceito de “carga de trabalho docente” pode ser entendido a partir de Tardif e Lessard (2011, p.111) quando esclarecem que esta se apresenta no aspecto “administrativo”, ou seja, em função de normas oficiais, as quais geram acúmulo de exigências no cotidiano e interferem diretamente nas condições de trabalho.

Para os autores (2011, p.111), a “carga de trabalho docente” segue limites quantitativos e qualitativos que dependem de diversos fatores, como exemplo: a duração legal determinada pela organização escolar, ou seja, horário das aulas, intervalos e outras tarefas como encontro com os pais, reuniões, preparação de aula, correções, entre outros, que dependem da duração e da frequência. Ainda existem tarefas para além da escola, como também o engajamento dos docentes extraclasse.

Diante disso, outro fator importante é a organização escolar e a reestruturação do trabalho pedagógico como efeito das reformas educacionais instituídas na última década (anos 1990) no Brasil, discutidas por Oliveira (2004). Tais reformas, a partir de um panorama minucioso e assim denominado por Oliveira (2004, p.1129-1130), ocorreram em dois momentos: o primeiro refere-se à década de 1960, adequando-se na época às exigências do padrão de acumulação fordista e às ambições do ideário nacional-desenvolvimentista; e o segundo momento, nos anos de 1990, demarca uma nova realidade, ou seja, o imperativo da globalização.

Assim, no contexto dessas reformas, identificam-se novas regulações de políticas educacionais, fatores destacados por Oliveira (2004, p.1130) como:

[...] a centralidade atribuída à administração escolar nos programas de reforma, elegendo a escola como núcleo do planejamento e da gestão; o financiamento *per capita*, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por meio da Lei n. 9.424/96; a regularidade e a ampliação dos exames nacionais de avaliação (SAEB, ENEM, ENC), bem como a avaliação institucional e os mecanismos de gestão escolares que insistem na participação da comunidade.

Essa regulação teve impacto imediato na organização estrutural das redes públicas de ensino, porém, no que tange ao trabalho docente, resulta na maior responsabilização dos professores. Sabe-se que, cada vez mais frequentes, surgem pesquisas quanto à profissão docente, nas quais se revela a importância desse profissional para a sociedade.

Nesta esteira, para compreender o trabalho docente na abordagem de sua *intensificação*, devido a um conjunto de fatores originados pelas reformas educacionais no Brasil que ocasionaram a sobrecarga de trabalho, Assunção e Oliveira (2009, p.361) afirmam que:

Executar outras tarefas durante o curso da ação principal, atender o aluno individualmente e controlar a turma coletivamente e preencher múltiplos instrumentos e formulários de controle são dimensões da intensificação do trabalho que implicam regular na urgência. Situações de sobreposição de tarefas podem explicar o cansaço físico, vocal e mental do docente.

Dessa maneira, salientam-se as implicações sobre a saúde no exercício da profissão docente a partir de princípios orientadores de políticas educacionais, com o propósito aparente de redução das desigualdades sociais.

As novas exigências profissionais atribuídas aos professores, oriundas das políticas educacionais das últimas décadas, impactaram sobre a organização e a gestão escolar, observadas por Assunção e Oliveira (2009, p.367):

[...] o processo de intensificação do trabalho vivido pelos docentes das escolas públicas brasileiras na atualidade pode, além de comprometer a saúde desses trabalhadores, pôr em risco a qualidade da educação e os fins últimos da escola, na medida em que tais profissionais se encontram em constante situação de ter de eleger o que consideram central [...].

Para definir a chamada intensificação do trabalho, Assunção e Oliveira (2009, p.366) afirmam que:

A intensificação do trabalho supõe fazer a mesma coisa mais rapidamente. Contudo, o processo de intensificação provoca a degradação do trabalho não só em termos de qualidade da atividade, mas também da qualidade do bem ou do serviço produzido. Confrontados com a falta de tempo, os trabalhadores limitam a atividade em suas dimensões centrais, que seriam manter o controle da turma e responder aos dispositivos regulatórios. Vale ressaltar que o sofrimento no trabalho, associado ao adoecimento em estudos específicos, está sempre ligado a um conflito entre a vontade de bem fazer o

seu trabalho, de acordo com as novas regras implícitas da profissão, e a pressão que os leva a certas regras para aumentar a sua produtividade.

Dessa forma, ampliaram-se as atribuições com resultados negativos à saúde dos docentes. Em conformidade, as escolas organizaram-se para atender a uma maior demanda de matrículas, turmas e números de alunos. Tais determinações produzem consequências arbitrárias nas condições de trabalho docente e provêm de situações concretas, como o acúmulo de tarefas, baixos salários, ausência de recursos, omissão estatal e desvalorização profissional.

Romper com a intensificação do trabalho docente torna-se uma “batalha” contínua e implica, entre outros fatores, o conhecimento da própria função, a interação que estabelece com o meio e, principalmente, a preocupação com a aprendizagem do aluno. Tal compreensão conduz ao pressuposto de que o trabalho docente abrange, além do espaço físico e estrutural da sala de aula, os aspectos relacionais das múltiplas atividades inerentes à profissão.

PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa pauta-se na abordagem qualitativa. Para Gatti e André (2010, p.30-31): “[...] as pesquisas chamadas de qualitativas vieram a se constituir em uma modalidade investigativa que se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano [...]”.

A pesquisa intitulada “Condições de trabalho docente nos anos iniciais do ensino fundamental” foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme o Parecer: Processo n. 166/2012, de 18/9/2012, Ofício n. 407/2012, ao atender os parâmetros descritos na Resolução CNS 196/96 (BRASIL, 1996), vigente na época.

Responderam ao questionário 170 professores, todos efetivos (concursados), 40 horas/semanais (na Rede), pedagogos/as, e atuando há mais de três anos no Ensino Fundamental, do primeiro ao quinto ano, na Rede Municipal de Ensino. Com a intenção de realizar uma pesquisa de levantamento (panorama) é que o método *survey* foi o mais indicado. Os dados foram coletados por meio de questionários autoaplicáveis, encaminhados para 66 unidades escolares urbanas da Rede do município de Joinville. Concorda-se com May (2004, p.119) que “[...] o questionário fornece às pessoas um meio para expressar anonimamente as suas crenças [...]”. O questionário foi composto por dois eixos centrais: perfil do professor e a relação com a profissão. As questões foram elaboradas para identificar o perfil dos professores respondentes, as atividades da docência na “hora-atividade”; a satisfação salarial, bem como a carga de trabalho, entre outros aspectos da profissionalização docente. Em síntese, as questões buscavam indícios para compreender as condições objetivas e subjetivas de trabalho.

Foram entregues 698 questionários, sendo que retornaram 200, representando 29% de participação. Contudo, somente 170 questionários atendiam aos critérios de inclusão da pesquisa, descritos claramente aos professores no cabeçalho do instrumento, e correspondeu a 24%. O processo de análise foi realizado com os 170 questionários válidos.

Para a análise das respostas das questões fechadas, foi utilizado o programa de análise estatística chamada *Statistical Package for Social Science (SPSS)* versão 17.0, que no idioma nacional significa "Pacote Estatístico para as Ciências Sociais".

Já as respostas das questões abertas foram transcritas na íntegra na planilha eletrônica do Programa *Excel* e, posteriormente, foram aplicados "filtros" com o objetivo de reorganizar as respostas dos professores, por palavras recorrentes, complementaridades e contradições.

Vale ressaltar que os questionários considerados válidos foram numerados em ordem crescente e representados pela letra "P" (de professor) (P01, P02 ... P170). O processo de análise dos dados pautou-se na análise de conteúdo. Para Franco (2005, p.26), a análise de conteúdo pode ser substanciada em três fases: "a descrição, a interpretação e a inferência", ou seja, compreendida no contexto e na essência das respostas.

FATORES DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO: DIFERENTES RESULTADOS

Os resultados da pesquisa descrevem um perfil dos professores, com predominância do sexo feminino, com 167 (98%) mulheres e apenas três (2%) homens. Para identificar os fatores de intensificação do trabalho docente, consideraram-se os elementos que interferem na organização do trabalho. Dessa forma, perguntou-se aos professores: "Para você, tem aumentado a sua carga de trabalho? a) () Sim. b) () Não. Em caso afirmativo, em que sentido?"

Dos 170 professores, 93 (55%) responderam "Sim", ou seja, afirmativa à sobrecarga de trabalho; 69 (41%) responderam "Não" e 08 (5%) "Não responderam". Sobre quais os aspectos que aumentaram a carga de trabalho, dado o número de respostas dos professores, foram levantados 14 itens que contribuem para a intensificação do trabalho. O QUADRO 1 permite uma melhor visualização dos aspectos elencados.

QUADRO 1

Aumento de carga de trabalho docente. Em que sentido?

Aspectos que aumentam a carga de trabalho	Quantidade de respostas	Percentual %
Comprometimento/cobrança aos professores	17	18
Aprendizagem dos alunos: planejamento diferenciado	16	17
Trabalho extraclasse	14	15
Descompromisso familiar	13	14
Indisciplina dos alunos	11	12
Envolvimento com: projetos, eventos, atendimento aos pais	9	10
Escassez da hora-atividade	6	6

QUADRO 1 (continuação)

Aspectos que aumentam a carga de trabalho	Quantidade de respostas	Percentual %
Falta de apoio pedagógico para a inclusão	5	5
Registros burocráticos	5	5
Excesso de alunos	4	4
Recuperação e reforço escolar	3	3
Falta de professores	1	1
Necessidades financeiras	1	1
Conhecimento do professor sobre direitos e deveres	1	1
Não responderam	8	5

Fonte: Questionário da pesquisa "Condições de Trabalho Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2012)".

Tais fatores, segundo os professores, intensificam o processo de trabalho. Então, para melhor interpretar os resultados numéricos, optou-se por destacar alguns depoimentos. Dessa forma, o aspecto recorrente nas respostas dos professores, trata-se do item "comprometimento e cobranças", referenciado por 17 (18%), dos 162 professores. Nas menções dos docentes, sobressaem-se as exigências dos pais e, principalmente, as diversas responsabilidades atribuídas a eles, ou seja, a pressão por meio de cobranças para o alcance de resultados e índices de aprendizagem.⁴ Vejamos os depoimentos:

Cada vez é exigido mais do professor para que os alunos aprendam, porém, sem a valorização adequada. (P05)

Hoje o professor não exerce apenas a sua função, mas múltiplas, como: médico, psicólogo, terapeuta, polícia, agente de saúde, bombeiro... (P120)

Quanto maior a série [ano], maior o grau de complexidade, aumentam os desafios e as metas a serem atingidas. (P140)

Percebe-se, nos relatos dos docentes, que o trabalho pedagógico acontece em função de um resultado final, não necessariamente de uma avaliação contínua e processual prevista na LDB - n. 9394/96. Essa centralidade em resultados causa preocupação aos professores, principalmente quando são utilizados para outros fins, articulando-se à política de *rankings* (classificação). Conforme o documento "Políticas e Gestão da Educação Básica" (CNTE, 2013), o Ideb, mesmo transferindo a responsabilidade do mérito do aluno para a escola, manteve uma estrutura injusta para aferir o mérito, pois não considera todas as variáveis, como as condições sociais dos estudantes, formas de gestão e infraestrutura escolar, condições de trabalho, formação, salário e carreira dos educadores, dentre outros.

⁴ Em 2005, o Ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) apoiado em três pilares: taxa de aprovação escolar, rendimento na prova nacional aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) e evasão. O SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) é um sistema com base em exames padronizados compostos pela Provinha Brasil, para crianças do 2º ano do ensino fundamental e a Prova Brasil para os alunos do 5º e 9º anos e 3º ano do ensino médio, que avalia conhecimentos em língua portuguesa e matemática (ARAÚJO FILHO; COSTA; VERHINE, 2013).

A intensificação do trabalho é confundida com o profissionalismo,⁵ sentimento este que é estrategicamente mobilizado pelas exigências oficiais de profissionalização docente e apelo a uma ética de autorresponsabilização moral e individual pelo sucesso da escola (GARCIA; ANADON, 2009). As referidas autoras enfatizam as formas de controle do trabalho docente que demanda ainda mais tempo, devido à burocracia da chamada “prestação de contas do ensino”. Entende-se, também, que os professores deixam claro o aumento de expectativas sobre o seu trabalho, seja oriundo das políticas educacionais ou da sociedade. No entanto, o ritmo de cobranças, quando comparado às possibilidades práticas de trabalho, entra em descompasso com o propósito inicial.

Outro aspecto enfatizado pelos professores é sobre a “aprendizagem e o planejamento diferenciado”, contemplando as dificuldades acentuadas dos alunos, assim como o atendimento individualizado a essas dificuldades no decorrer do ensino e aprendizagem, em 16 (17 %) respostas. Conforme um professor:

Nos últimos anos os alunos vêm apresentando mais dificuldades de aprendizagem, o que aumenta o trabalho do professor que, para atender às necessidades do aluno, precisa pesquisar mais e fazer planejamentos diferenciados. (P19)

Certamente essa necessidade de elaborar um planejamento mais amplo e diferenciado, relatada pelo professor, visa atender a uma educação mais inclusiva, propiciada pela democratização do ensino público.

Na sequência, dos 93 (55%) professores que assinalaram resposta positiva à carga de trabalho, 14 (15%) observam que a quantidade de tarefas extrapola o “tempo” da hora-atividade na escola. Atividades como planejamentos, correções, confecção de materiais didáticos e pesquisas na internet são realizadas em casa, conforme indicam os professores:

Atividades que estão relacionadas ao trabalho docente e que são desenvolvidas fora do horário de trabalho (em casa). O número de aulas-atividades são insuficientes para desenvolver todo o trabalho. (P71)

Sobre as atividades realizadas pelos docentes além do espaço de sala de aula, Duarte (2011) chama a atenção, citando autores que tratam do assunto, como Oliveira (2003, 2004, 2005), Miranda (2006), Monfredini (2006), Santos (2006) e Dias-da-Silva e Fernandes (2006), que confirmam as tarefas elencadas acima pelos professores do município de Joinville. Segundo Duarte (2011, p.168):

Muitas dessas atividades são realizadas em domicílio e extrapolam o horário de trabalho remunerado para este fim. Neste sentido, o trabalho docente é uma profissão de tempo integral que ocupa não só o espaço público, como o privado.

Quanto à participação da família, 13 (14 %) professores deixaram transparecer o descompromisso dos pais, percebido na falta de apoio ao professor e de atenção à

⁵ Para Núñez e Ramalho (2008, p.4), o termo “profissionalismo” significa: “[...] uma construção social na qual se situa a moral coletiva, o dever ser e o compromisso com os fins da educação como serviço público, para o público (não discriminatória) e com o público (participação). O profissionalismo se associa ao viver-se a profissão, às relações que se estabelecem no grupo profissional, às formas de se desenvolver a atividade profissional”.

aprendizagem. O item “indisciplina dos alunos” foi indicado como um dos fatores que mais prejudica o andamento das aulas e a aprendizagem dos alunos, sendo citado por 11 (12%) docentes. A questão do tempo e da carga de trabalho que não podem ser cumpridas em função da indisciplina dos alunos ocasiona desgaste físico e mental aos professores, conforme o relato a seguir:

Tenho me desgastado muito em sala para educar e dar limites para meus alunos, tendo que chamar pais para conversar, cobrando comportamento e, com isso, tenho menos tempo para ensinar conteúdo e planejar. Se não tivesse que cobrar limites, meu trabalho com certeza seria menor. (P60)

Sobre a “falta de apoio pedagógico para a inclusão”, a intensificação apresenta-se com mais evidência no depoimento de P56: “Preciso pesquisar mais para lidar com os alunos com problemas, com a inclusão que não fomos preparados e não recebemos nenhum tipo de ajuda, sem contar o desgaste emocional do trabalho que nos debilita.”

Outro questionamento foi sobre a carga horária que o professor necessita além da escola, ou seja, excedendo às 40 horas semanais para dedicar-se às atividades da docência, ou seja, 56 (33%) dos professores sinalizaram necessitar cinco horas ou mais, e 38 (22%), quatro horas a mais durante a semana. Desse modo, a jornada de trabalho do professor extrapola a sala de aula e a escola, realizando tarefas em horários que deveria destinar à sua vida particular, ao descanso e lazer.

Assim sendo, além do sobre-esforço de trabalho, segundo os dados, há certo descontentamento salarial comparado à extensa jornada de trabalho, o que pode ser constatado no comentário da professora P107: “Os alunos precisariam de muitas atividades, porém, não levo nada pra fazer em casa, mesmo tendo muito o que fazer, pois não recebo para isso.”

Essa insatisfação sobre as inúmeras atividades realizadas extraclasse e a falta de tempo para outros afazeres apareceu nas palavras da professora (P107), com mais de sete anos de carreira no magistério, com graduação e pós-graduação, trabalhando 40 horas, na mesma escola. Ela, embora reconhecendo que precise de mais tempo para as tarefas da docência, deixa claro um limite para a carga de trabalho não remunerado.

Conforme análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014, p.13) sobre o perfil dos professores de 2002 a 2013, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (Pnad), evidencia-se o aumento da jornada de trabalho, o que convém a seguinte indagação:

[...] a elevação da jornada de trabalho permanece como uma incógnita: ocorreu devido aos baixos salários e da falta de professores ou decorrente da reorganização do tempo de trabalho na escola? É uma questão que aponta para estudos posteriores nesta área, devido à importância da jornada para a qualidade do ensino e para a qualidade de vida do docente.

Refletir essa problemática da jornada de trabalho, impregnada de forma silenciosa no dia a dia de trabalho dos professores, pode ser considerada como uma causa desfavorável e que contribui para a intensificação. Para ilustrar, segundo Hypolito (2011, p.70): “A intensificação do trabalho está diretamente relacionada com o tempo, o ritmo e a carga de trabalho.”

Em contrapartida, é interessante constatar que, dos 69 professores que responderam “não” à carga de trabalho, um percentual considerável de 41% contraria as expectativas da literatura das pesquisas brasileiras sobre a carga de trabalho na educação pública. Algumas inferências para esse significativo percentual, considerando a realidade dos professores pesquisados, há forte indicação de que a carga de trabalho não aumentou. Para explicar essa questão pode-se recorrer aos seguintes tópicos: professores que não aderem a horários extras de trabalho (caso da professora mencionada – P107); formas de organização e planejamento do professor, neste caso, otimizando as suas horas-atividade; não compreensão da escrita da questão do questionário; naturalização de que o trabalho docente extrapola a carga horária do contrato com a Rede; dimensionamento realizado pela própria Secretaria de que o professor trabalhe em dois períodos, na mesma escola e, geralmente, com o mesmo ano do Ensino Fundamental. Esta última situação, na referida Rede, tem mostrado que os professores podem aproveitar o mesmo planejamento, hora-atividade para avaliação, planejamento, correção e a utilização do tempo que seria gasto para deslocamento para outras escolas com o objetivo de realizar as atividades docentes.

Por outro lado, conforme a pesquisa, os professores apontam os fatores que contribuem para a intensificação do trabalho, conjugados às múltiplas funções que desempenham, como o excesso de trabalho, as intervenções na aprendizagem dos alunos e a falta de apoio pedagógico para a inclusão.

Pode-se dizer que os professores externam a importância do “compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem de todos”, em específico, referem-se aos “alunos com dificuldade de aprendizagem”, “a indisciplina como entrave à aprendizagem” e “a falta de apoio familiar”. As afirmativas dos professores confirmam o entendimento preconizado na LDB (Lei n. 9.394/96), artigo 13, incumbindo aos docentes: “IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento”. Entretanto, os professores reconhecem que, para ocorrer um trabalho pedagógico efetivo, contemplando a diversidade e as diferenças individuais no processo ensino-aprendizagem, é relevante um planejamento dinâmico das aulas.

Considerando a hora-atividade como um tempo propício para a realização das atividades cotidianas de trabalho, correlacionada à jornada de trabalho, os dados obtidos nas respostas dos professores sobre o cumprimento da hora-atividade são de extrema relevância. Dessa forma, o que fazem os professores nesse horário, bem como se é ou não suficiente para realizar suas atividades no local de trabalho, permitindo mais tempo para o descanso e lazer, também serão considerados.

Para obter um panorama das atividades desenvolvidas na hora-atividade dos professores da Rede Municipal, perguntou-se: *Que atividades você desenvolve na sua hora-atividade?* Sendo esta uma das questões abertas, foi transcrita na íntegra as informações de 170 questionários, dos quais 162 (95%) dos professores responderam à questão e oito (5%) não responderam.

Os dados indicam que 158 (93%) professores envolvem-se com “planejamento e preparação de aulas” e 133 (78%) realizam “avaliações/correções”, conforme mostra o QUADRO 2.

QUADRO 2
Hora-atividade

Atividades desenvolvidas	Quantidade de respostas	Percentual %
Planejamento e preparação de aulas	158	93
Avaliações/Correções	133	78
Formação continuada (pesquisa, conversa com Supervisora/Orientadora, troca de ideias/experiências, leitura, estudo)	102	60
Atendimento aos pais	39	23
Recuperação	15	9
Digitação de notas	12	7
Outras atividades	28	16
Não responderam	8	5

Fonte: Questionário da pesquisa “Condições de Trabalho Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2012)”.

O planejamento, muitas vezes citado pelos docentes, articula-se a um conjunto de outras atividades que denotam o ativismo e a intensidade do trabalho no cotidiano escolar. Um exemplo é o que menciona o P166: “Planejamento, atender alunos com dificuldades, atender pais, reuniões com supervisão e serviço de orientação. Desenvolver atividades dos Projetos da Escola”.

As respostas sobre a hora-atividade para “avaliações e correções” evidenciam esse momento como a única oportunidade de tempo para que os professores possam organizar-se, ou seja, utilizando-o para elaboração de avaliações, correções e registros sobre a aprendizagem dos alunos. Atividades que fazem parte da rotina dos docentes dos anos iniciais, com o objetivo implícito de um retorno da aprendizagem dos alunos aos pais, gestores e, também, para reavaliar seu próprio trabalho.

O item “formação continuada” aglutina atividades da docência em 102 (60%) menções, sobressaindo práticas de pesquisa, troca de ideias/experiências, conversa com Supervisores/Orientadores, leitura e estudo. Por outro lado, as demais respostas inserem-se nas tarefas correlatas à função. Tais atividades mencionadas variam nas rotinas cotidianas do trabalho docente, como pesquisas na internet, em livros didáticos; leitura de livros, jornais do dia; e procura pela Supervisora Escolar e outros colegas de trabalho. Vale destacar que as respostas de “outras atividades”, no Quadro 2, com 28 respostas (16%), demonstram atividades diversificadas extraclasse, desde burocráticas até uma esporádica interação entre os profissionais, tais como: preenchimento de relatórios, projetos, registros no diário de classe, cópias de materiais, organização do ambiente (sala de aula), colar e/ou escrever bilhetes e tarefas para casa, encapar cadernos e ajudar colegas e direção quando solicitados.

O trabalho dos Supervisores e Orientadores é enfatizado mais de uma vez pelos professores, quando procuram ou são solicitados por esses profissionais para trocar ideias sobre planejamento e, principalmente, tratar questões pertinentes às famílias e aos alunos.

Desse modo, percebe-se que a hora-atividade dos docentes dos anos iniciais do ensino fundamental é permeada de atividades que constituem o cerne de trabalho do professor. Os dados indicam que os docentes utilizam essas horas, principalmente, para o planejamento, avaliação/correção e, também, para o seu desenvolvimento profissional. Percebe-se que as horas-atividade são bem utilizadas para a concretude e objetividade do trabalho docente, indicando que há necessidade, diante da grande demanda atual do processo de ensino e aprendizagem, de ampliação da carga horária. Infere-se que, se a Lei realmente fosse cumprida, concedendo os 33,33% de hora-atividade e não o atual 20%, certamente o professor teria melhores condições de trabalho e mais qualidade de vida e lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Federal n. 11.738/2008, ao estabelecer a hora-atividade extraclasse, avançou de forma significativa para as condições de trabalho docente. Nesse sentido, salienta-se que o governo municipal atribui como competência aos docentes, embasado no Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Joinville - Resolução n. 0169/2011/C.M.E (JOINVILLE, 2011), em seu Art. 25, inciso XVI - utilizar devidamente a hora-atividade para planejamentos, registros, estudos e formação organizada pela unidade escolar ou Secretaria de Educação; correspondendo, conforme a Lei Complementar n. 266/2008, a 20% (vinte por cento) de hora-atividade extraclasse, cumpridas na Unidade Escolar.

Atualmente, 20% da jornada de trabalho nos anos iniciais, segundo os dados da pesquisa, ainda não são suficientes diante da intensificação do trabalho para a realização das inúmeras atividades da docência. Destaca-se o esforço de 102 (60%) professores que mencionam a hora-atividade como um momento imprescindível para o desenvolvimento de atividades como o planejamento e a avaliação.

Sabe-se, por outro lado, que a reorganização do trabalho no sentido literal, implica uma intencionalidade pedagógica e a simultaneidade de "tempos e espaços", previstos na proposta pedagógica que norteia as diretrizes da escola.

Leis importantes que valorizam o trabalho docente foram instituídas, como a Lei do Piso Salarial e as Diretrizes da Carreira Profissional (Resoluções n. 2/2009 e 5/2010 da CNE/CEB), porém, os municípios não as cumprem na sua totalidade.

É com base nessas legislações que estados e municípios devem criar ou reformular os planos de carreira dos profissionais da Educação Básica.

Os dados indicam que a valorização dos profissionais do magistério público municipal da cidade pesquisada poderão ser mais perceptíveis quando houver a ampliação de 20% para 33,33% da hora-atividade, como anuncia a legislação nacional, oportunizando desse modo a reestruturação da jornada de trabalho, imprescindível

para o trabalho docente. Assim, a intensificação do trabalho docente, sob o viés de análise para a melhoria das condições de trabalho, e a esse respeito, quanto ao cumprimento da hora-atividade na escola, confirma Czekalski (2008, p.107): “[...] é necessário todo um processo a fim de que a hora-atividade se torne parte integrante da cultura organizacional da escola [...]”.

Para isso, são necessárias condições asseguradas por lei, como a extensão da hora-atividade, que reforça uma nova possibilidade de organização de um horário comum via calendário escolar para o trabalho coletivo, a fim de que os professores possam expor suas ideias, dúvidas e sugestões.

Diante disso, retoma-se o artigo 67 da LDB (Lei n. 9.394/96), ao determinar que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, com base no inciso VI - condições adequadas de trabalho. Tais condições adequadas de trabalho originam-se na Constituição Federal/1988, que define como um dos princípios do ensino a garantia de padrão de qualidade (Art. 206, inciso VII).

Os professores defrontam-se no cotidiano escolar com exigências que demandam tempo para a devida realização de atividades originadas pelo acúmulo de trabalho. Nesse tocante, a intensificação da carga de trabalho, para 55% dos professores do município, ocorre por atribuições e responsabilidades de outros segmentos. De acordo com Silva e Villela (2008, p.3): “Dessa forma, a intensificação reduz o tempo de relaxamento e a qualidade do serviço, além da falta de tempo para dedicar a si mesmo.” Além disso, os dados (41 %) contrários à intensificação do trabalho, entre outros aspectos já mencionados, em especial, são fruto do contexto escolar, em termos de condições pedagógicas favoráveis, como o planejamento para o mesmo ano, devido às 40 horas/semanais, e o apoio de gestores e supervisores no processo ensino-aprendizagem.

Nesse entendimento, as discussões e possíveis investigações sobre o que representa, para os professores, o processo de intensificação do trabalho e quais as possíveis consequências para as condições de vida e de saúde destes poderão evoluir, principalmente sobre a implementação efetiva de políticas públicas que orientem a organização do sistema de ensino na Rede Municipal de Ensino.

Enfim! Quando a melhoria das condições de trabalho tornar-se uma prioridade na gestão pública, os contextos da carreira, da formação e da escola serão parâmetros para a melhoria do trabalho docente e, conseqüentemente, para a qualidade de vida dos professores.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, Heleno; COSTA, Luís Cláudio; VERHINE Robert Evan. Avaliação da educação básica: versões e projetos. **Retratos da Escola**, Brasília, v.7, n.12, p.11-25, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/257/435>> Acesso em: 20 out. 2013.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação e Sociedade**, v.30, n.107, p.349-372, maio-ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, de 23 de dezembro de 1996.

_____. Lei n.11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [...]. **Diário Oficial da União**, de 17 de julho de 2008.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 2**, de 28 de maio de 2009. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 5**, de 3 de agosto de 2010. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14906&Itemid=866>. Acesso em: 29 out. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Políticas e Gestão da Educação Básica**: concepções e proposições da CNTE. 2.ed. Brasília,DF: CNTE, 2013.

CZEKALSKI, Rejane Aparecida. **Apropriação da hora-atividade como espaço para formação de professores em serviço**: um estudo sobre a organização do trabalho docente em Telêmaco Borba -- PR. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica: uma análise a partir dos dados da Pnad. **Nota técnica**, n.141, 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2014.

DUARTE, Adriana. Intensificação do trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Livia Maria Fraga (Org.). **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG / FAE, 2010. 1 CD-ROM.

_____. Políticas educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. **Políticas Públicas e Educação**: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

FANFANI, Emilio Tenti. Condição docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Livia Maria Fraga (Org.). **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG / FAE, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2.ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GARCIA, Maria Manuela Alves; ANADON, Simone Barreto. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.30, n.106, p.63-85, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a04.pdf>> Acesso em: 3 abr. 2012.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GIMENO SACRISTÁN, José. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. 2.ed. Portugal: Porto Editora, 1999. p.63-90.

GONZÁLEZ ARROYO, Miguel. Condição docente, trabalho e formação. In: SOUZA, João Valdir Alves de (Org.). **Formação de professores para a Educação Básica**: 10 anos de LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação**: teoria e prática, Rio Claro/SP, v.21, n.38, 59-78, 2011.

JOINVILLE. **Lei Complementar n. 266**, de 05 de abril de 2008 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joinville). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Joinville, das autarquias e das fundações públicas municipais. Disponível em: <<http://issuu.com/sinsej/docs/name61ee94>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

_____. **Resolução n. 0169**, de 13 de dezembro de 2011. Aprova o Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Joinville. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/ceiparaíso/regiment-nico-das-unidades-escolares-da-rede-pblica-minicipal-de-esnino-de-joinville>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

LIMA, Francisco. Carga de trabalho. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellari; VIEIRA, Lívia Maria Fraga (Org.). **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG / FAE, 2010. 1 CD-ROM.

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p.1159-1180, set.-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22616>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

MANCIBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.99, p.466-482, maio-ago. 2007.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NÚÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betania Leite. A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professoras do ensino fundamental. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.46/9, 10 de septiembre de 2008. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/2504Beltran.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade *et al.* Transformações na organização do processo de trabalho docente e suas consequências para os professores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n.11, jul.-dez. 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p.1127-1144, set.-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

SILVA, Sonia Smaniotto Gambeta Marcos da; VILLELA, Elisabeth Caldeira. Tempo, saúde e docência. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 7., 2008, Itajaí, SC. **Trabalhos apresentados...** Itajaí, SC: UNIVALI, 2008. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Educacao_e_Trabalho/Trabalho/09_01_34_Tempo,_saude_e_trabalho_docente.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2013.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Data da submissão: 18/11/2013

Data da aprovação: 28/10/2014